



**A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA  
ALIMENTAR NO AMAZONAS: UMA BREVE ANÁLISE**  
*THE IMPORTANCE OF PUBLIC FOOD SECURITY POLICIES IN THE AMAZON: A  
BRIEF ANALYSIS*

**GT02 .Agricultura Familiar, Soberania Alimentar; Extrativismo na Amazônia.**

*Alessandro Carvalho dos Santos – Pós Graduação em Desenvolvimento Rural  
(PGDR/UFRGS), e-mail: Alessandrocarvalho1999@gmail.com*

*Michele Lins Aracaty e Silva – Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e-mail: michelearacaty@ufam.edu.br.*

*Lindomar de Jesus de Sousa Silva – Embrapa Amazônia Oriental, e-mail: lindomar.j.silva@embrapa.br*

*Glenda Barbosa da Costa – Embrapa Amazônia Oriental, e-mail: costaglenda900@gmail.com*

*Adelyane Lobato Ossame – Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável (UTFPR); e-mail: adelyane@gmail.com*

**Resumo**

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) constitui-se como um dos principais desafios contemporâneos, especialmente em regiões de elevada vulnerabilidade social, como o estado do Amazonas. Apesar da abundância de recursos naturais, a população amazônica enfrenta elevados índices de insegurança alimentar, resultantes de desigualdades históricas, fragilidades institucionais e descontinuidades das políticas públicas. Este artigo analisa a importância das políticas públicas de SAN no Amazonas, contextualizando os avanços e retrocessos no cenário nacional e estadual, a partir de pesquisa bibliográfica e análise de indicadores socioeconômicos recentes. Os resultados evidenciam que, embora haja redução significativa do percentual de famílias em risco de insegurança alimentar grave de 73,8% em 2020 para 23,6% em 2024, persistem lacunas estruturais: apenas 42% dos municípios possuem instâncias específicas para a gestão da SAN e menos de 25% destinam recursos orçamentários à área. Nesse contexto, destacam-se políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fundamental para a agricultura familiar; o programa estadual Prato Cheio, que amplia o acesso à alimentação em áreas urbanas vulneráveis; o Auxílio Estadual, voltado à transferência de renda; e o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME), que fortalece cadeias produtivas locais. Conclui-se que o fortalecimento da SAN no Amazonas requer investimentos contínuos, integração intergovernamental e participação social efetiva.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar e Nutricional; Políticas Públicas; Desmonte de Políticas; Amazonas; Programas Sociais.

**Abstract**

*Food and Nutrition Security (FNS) is one of the main contemporary challenges, especially in regions of high social vulnerability, such as the state of Amazonas. Despite the abundance of natural resources, the Amazon population faces high rates of food insecurity, resulting from historical inequalities, institutional weaknesses,*



*and discontinuities in public policies. This article analyzes the importance of FNS public policies in Amazonas, contextualizing the advances and setbacks at the national and state level, based on bibliographic research and analysis of recent socioeconomic indicators. The results show that, although there has been a significant reduction in the percentage of families at risk of severe food insecurity from 73.8% in 2020 to 23.6% in 2024, structural gaps persist: only 42% of municipalities have specific bodies for FNS management, and less than 25% allocate budgetary resources to the area. In this context, policies such as the Food Acquisition Program (PAA), essential for family farming, stand out; the state's Prato Cheio program, which expands access to food in vulnerable urban areas; State Aid, which provides income transfer; and the School Meal Regionalization Program (PREME), which strengthens local production chains. The conclusion is that strengthening FNS in Amazonas requires continued investment, intergovernmental integration, and effective social participation.*

**Key words:** Food and Nutritional Security; Public Policies; Policy Dismantling; Amazonas; Social Programs.

## 1. Introdução

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consolidou-se como um dos maiores desafios das sociedades contemporâneas, especialmente em países marcados por desigualdades, como o Brasil. No cenário amazônico, esse tema ganha contornos ainda mais complexos, uma vez que a região, apesar de sua biodiversidade e abundância de recursos naturais, apresenta elevados índices de insegurança alimentar, as particularidades territoriais, a fragilidade institucional e a dependência de políticas públicas eficazes tornam o Amazonas um espaço estratégico para compreender as tensões entre disponibilidade de alimentos, acesso e garantia do direito humano à alimentação adequada.

A formulação e a implementação de políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Prato Cheio, o Auxílio Estadual e o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME), revelam os esforços em articular ações de combate à fome e de fortalecimento da agricultura familiar, contudo, os desmontes e a descontinuidade de políticas da SAN vestem nos últimos anos, associados ao avanço das mudanças climáticas e à vulnerabilidade social da região, têm agravado o quadro de insegurança alimentar no estado.

Nesse sentido, analisar a importância das políticas públicas de SAN no Amazonas implica compreender não apenas os indicadores que retratam a realidade atual, mas também o contexto histórico, social e político que moldou os avanços e retrocessos dessa agenda. O objetivo deste presente trabalho é contribuir com as discussões sobre segurança alimentar, os desmontes das políticas públicas da SAN, e quais são as políticas estaduais para SAN com foco no estado do Amazonas, além disso, para os objetivos específicos buscaram-se analisar os indicadores de Insegurança alimentar no Amazonas e seus impactos, e mostrar quais são as políticas vigentes no Governo do Estado para garantir a Segurança alimentar e nutricional do Estado.

Além desta introdução, a seção dois traz a revisão de literatura sobre essa temática. A seção três aborda sobre os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos da pesquisa. A seção quatro faz uma análise dos indicadores de ISAN e a estrutura física e os percentuais de recursos destinados pelos municípios do Amazonas para SAN, além disso, quais são as principais políticas do Estado para a SAN. Por fim, na quinta seção são apresentadas as considerações finais.

## 2. Revisão da Literatura



## 2.1 O breve histórico da SAN no Brasil

A conceituação de segurança alimentar consolidou-se a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial, quando ocorreu o aumento da produção de alimentos, impulsionado principalmente pela Revolução Verde, que superou o crescimento populacional, mas não resultou na redução esperada da fome mundial, contudo, apesar da disponibilidade de alimentos registrada por estatísticas da FAO, as populações mais pobres continuam sem acesso adequado a alimentação, em razão de fatores como desigualdade de renda, conflitos internos e concentração de mercado (Belik, 2003).

No Brasil, os debates de segurança iniciaram a partir da década de 1930, com a incorporação de políticas públicas no durante o Estado Novo, como parte da estratégia política do governo Vargas, estudos de Josué de Castro, no início daquele período, já evidenciaram os impactos sociais da fome, especialmente no Nordeste, já na segunda metade do século XX, entretanto, as políticas de assistência alimentar mantiveram um papel secundário frente às prioridades de crescimento econômico e modernização agrícola. (Silva, 2014)

Segundo Silva (2014) programas nacionais foram fortemente influenciados por interesses de organismos internacionais, como na introdução do leite em pó em programas de ajuda alimentar, servindo mais ao controle inflacionário do que à garantia do direito à alimentação, ainda assim, algumas ações voltadas à alimentação como direito social foram desenvolvidas nesse contexto.

O início da trajetória institucional da segurança alimentar no Brasil ganhou força e destaque no início dos anos de 1990, com o reconhecimento da fome como uma questão política e social, um dos marcos centrais desse processo foi a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), regulamentado pela Lei nº 11.346/2006, que definiu SAN como:

“A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. (FAO, 2014).

O Brasil instituiu em 2006 o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) além do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), as Câmaras Intersetoriais (CAISANs), nesse sentido, se trata de um sistema descentralizado e participativo, cujo objetivo é articular ações em diferentes níveis federativos e entre diversas áreas da administração pública que seja de níveis estaduais quanto os níveis municipais (Moraes, Machado e Magalhães, 2021; Brasil, 2025).

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) (2024) lançou o Censo SISAN, utilizando dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic/IBGE), O levantamento evidenciou que 66% dos municípios brasileiros possuem algum tipo de equipamento público voltado à segurança alimentar, com destaque principalmente pelo aumento no número de restaurantes populares e cozinhas comunitárias com 113% e 108% respectivamente, conforme demonstra a tabela 01



Tabela 01: Dados da Pesquisa de informações básicas municipais (MUNIC)/IBGE Comparação ano de 2018 vs 2023

Instâncias, ações e equipamentos de segurança alimentar e nutricional.	Número de Municípios		Variação %
	2018	2023	
Conselho Municipal de Segurança alimentar e Nutricional	2030	2503	+23
Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional	622	1035	+66%
Plano Municipal de segurança alimentar e nutricional	569	1048	+84%
Leis municipais de segurança alimentar e nutricional	1165	1836	+58%
Doação de alimentos para grupos específicos e/ou povos indígenas, quilombolas e demais PTCs	1057	2010	+90%
Compras públicas da agricultura Familiar	4726	5353	+13%
Restaurantes Populares	182	387	<b>+113%</b>
Cozinhas comunitárias	246	512	<b>+108%</b>
Banco de alimentos	330	581	+76%
Atividades de Agricultura Urbana	879	1287	+46%
Serviços de ATER (Assistência Técnica e extensão Rural) para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais	3108	3857	+24%
Atividades relacionadas ao público do CadÚnico e/ou programa Bolsa Família	3874	4512	+16%
Programas Cisternas	1349	1540	+14%
Manutenção de equipamentos de abastecimento público de alimentos	4674	5372	+15%
Programa de Alimentação Escolar	4674	5372	+15%

Fonte: BRASIL, 2025.

Esses dados evidenciam que, embora haja avanços significativos, a efetividade das políticas de SAN ainda é limitada, especialmente em regiões periféricas ou com baixa capacidade institucional, como ocorre em parte da região Norte do país, apesar de todos os mecanismos criados e políticas públicas nas últimas décadas para garantir a soberania alimentar no país, o Brasil ainda enfrenta níveis de insegurança alimentar, principalmente os



níveis. Insegurança alimentar leve: que apresenta certo nível comprometimento da qualidade da alimentação em detrimento da manutenção da quantidade percebida como adequada; insegurança alimentar moderada: se apresentar com modificações nos padrões usuais da alimentação entre os adultos apresentando à restrição na quantidade de alimentos entre os adultos; c) Insegurança alimentar grave: tem como características pela quebra do padrão usual da alimentação com comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os membros da família, ainda podendo ainda incluir a experiência de fome. (Brasil, 2022)

Nos últimos anos se intensificaram os eventos climáticos extremos, como secas prolongadas conforme ocorrida no Amazônia nos anos de 2023 e 2024 e enchentes como ocorrida no Rio Grande do Sul em 2024 e no Amazonas em 2025, aliada ao desmonte das políticas de fomento à agricultura familiar e de combate à fome, tem agravado ainda mais esse quadro na Amazônia que em 2022, a insegurança alimentar grave afetou severamente os domicílios da Região Norte do Brasil (25,7%), ratificando disparidades regionais histórico-sociais agravadas pela pandemia da COVID-19 (Mata, Sanudo e Medeiros, 2024).

As populações mais vulneráveis indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos e comunidades tradicionais, passaram a vivenciar diferentes formas de insegurança alimentar, associadas também à insegurança hídrica, ou seja, à falta de acesso à água em quantidade e qualidade suficientes para consumo humano e uso doméstico (Mata, Sanudo e Medeiros, 2024) A Amazônia, reconhecida mundialmente por sua biodiversidade e importância climática, o avanço das mudanças climáticas intensifica os problemas estruturais da região, sobretudo a insegurança alimentar, no contexto brasileiro, o Norte do país é a região mais afetada por esse fenômeno, apresentando índices alarmantes que evidenciam um profundo desequilíbrio entre a disponibilidade de recursos naturais e a garantia do direito humano à alimentação adequada.

## 2.2 Panorama da Insegurança Alimentar no Norte do Brasil

Os números que retratam a insegurança alimentar no Brasil são alarmantes, mas a situação no Norte do país revela um cenário ainda mais crítico, segundo dados recentes de Aguilera, Colerato e Prestes (2022) cerca de 71,6% da população do norte do país enfrenta algum grau de insegurança alimentar, percentual significativamente superior à média nacional, quando é analisado somente os casos de insegurança alimentar grave quando situação em que a fome se torna parte do cotidiano das famílias cerca de 25,7% das famílias na região Norte estão nessa condição, em contraste com apenas 9,9% na região Sul, sendo que à média nacional, por sua vez, é de 15,5%.

Ademais, a situação é ainda mais alarmante quando observamos os domicílios rurais, especialmente os vinculados à agricultura familiar, estima-se que 38% dos domicílios de agricultores familiares e produtores rurais no Brasil convivem com insegurança alimentar moderada ou grave, em paralelo na região norte, essa proporção sobe para 54,6%, evidenciando que mais da metade das famílias produtoras de alimentos não têm acesso pleno a esses mesmos alimentos, o que mostra que a região Norte do Brasil com o maior índice de insegurança alimentar do país, essa insegurança não é medida somente pelo fato de você comer ou não, mas pelo principalmente o que você come. (Aguilera, Colerato e Prestes, 2022; Pereira, 2023)



A insegurança alimentar na Amazônia não pode ser compreendida apenas sob a ótica econômica, ao envolver uma complexa interação de fatores históricos, sociais e ambientais, além disso, segundo dados da UFSC (2023) cinco dos sete estados da região norte do país estão na lista dos menos estruturados em questões relacionadas à descentralização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), segundo análise de agrupamentos com dados referentes aos anos de 2017 e 2018

Segundo dados da PNAD contínua (2024) apesar de apresentarem mais da metade da população ter o acesso pleno e regular aos alimentos, considerando aspectos qualitativos e quantitativos, as regiões Norte (60,3%) e Nordeste (61,2%) tiveram respectivamente as menores proporções de domicílios particulares em segurança alimentar, esses valores correspondem, em número de domicílios, a 3,6 milhões no Norte e 12,7 milhões no Nordeste. Esse cenário reflete não apenas a vulnerabilidade econômica das populações rurais, mas também o desmonte de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e ao combate à fome. Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fundamentais para a garantia de renda aos pequenos agricultores e para a segurança alimentar de milhões de brasileiros, sofreram drásticas reduções orçamentárias e operacionais nos últimos anos, afetando diretamente os produtores dos estados da Amazônia Legal.

### 2.3 Descontinuidade e desmonte das políticas públicas da SAN no Brasil

O debate sobre o desmonte de políticas públicas antecede a ascensão recente de governos populistas de caráter liberal no cenário internacional, um marco importante nesse campo de pesquisa foi o trabalho de Michael Bauer, Christoffer Green-Pedersen, Adrienne Héritier e Andrew Jordan, publicado em 2012, que se originou da análise dos processos de retração de políticas sociais desencadeados pela crise econômica global de 2008 (Sá e Silva, 2023).

Para Bauer *et al.* (2012) e seu conjunto de pesquisadores ampliaram o uso do conceito de desmonte para além das políticas sociais, incluindo também as políticas ambientais como campo de pesquisa também, os autores definem o desmonte de políticas públicas como uma mudança direta, indireta, oculta ou simbólica resultante na diminuição da quantidade de políticas existentes em um determinado contexto, na redução do número de instrumentos utilizados e/ou na diminuição de sua intensidade. Esse processo pode atingir elementos centrais das políticas ou se concretizar pela manipulação das capacidades institucionais de implementação e monitoramento como foi o caso das políticas ambientais durante o governo Bolsonaro e desmonte das políticas sociais iniciadas a partir de 2016 (Sá e Silva, 2023).

Nos últimos anos, a literatura passou a incorporar análises que extrapolam a perspectiva dos desmontes motivados exclusivamente por restrições fiscais ou agendas neoliberais, contemplando também aqueles decorrentes de decisões diretas de líderes liberais, os autores apontam que tais líderes buscam moldar a administração pública em formatos compatíveis com suas orientações políticas, valendo-se de cinco estratégias “(i) transformação estrutural; (ii) redistribuição de recursos; (iii) domesticação das equipes; (iv) imposição de normas iliberais; e (v) redução da transparência”. (Bauer, Peters e Pierre, 2021)

O cenário político de 2016, marcado pela instabilidade institucional e pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, representou uma inflexão nas políticas sociais



brasileiras, entre as mudanças adotadas podemos destacar a Emenda Constitucional nº 95, que determinou o congelamento, por vinte anos, dos investimentos em gastos públicos, essa medida resultou na redução e até interrupção de políticas sociais estratégicas para a garantia da segurança alimentar e nutricional (Sá e Papi, 2024).

Ainda em 2016, durante o governo de Michel Temer, as primeiras medidas sinalizaram um enfraquecimento significativo da agricultura familiar, a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, inaugurando um ciclo de perdas de direitos e de estrangulamento das políticas públicas para o campo, para piorar o cenário se agravou com o governo Bolsonaro (2019-2022), cuja gestão intensificou a repressão aos movimentos sociais e promoveu uma agenda alinhada aos interesses do patronato rural (Henig, 2024).

Segundo Ciscati (2017) analisa que ocorreu um rápido desmonte das políticas públicas para o setor da SAN, pois a visão ganhou o destaque uma ideologia neoliberal, que impactaram diretamente no enxugamento da máquina pública e diminuem espaço para investimento para as políticas sociais, conforme o autor retrata que os investimentos federais em políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de 1,2 bilhões em 2013, o seu orçamento despencou 253 milhões em 2018, além disso, o governo deixou de lado a política de estoques reguladores, importantes para evitar a disparada nos preços dos alimentos, o que impacta diretamente na insegurança alimentar grave que afetou 18,1% da população da região norte (o dobro da média nacional) e 13,8% dos lares do nordeste. Sofrem mais, também, as pessoas que vivem no campo, as pessoas negras e as mulheres.

Ademais, a pandemia de Covid-19 intensificou o processo de vulnerabilidade social da população brasileira, nesse cenário, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) realizou dois relatórios nacionais de insegurança alimentar (VIGISAN I e II), sendo o mais recente, publicado em 2022, confirmou o retorno do Brasil ao Mapa da Fome, relacionando esse retrocesso ao principalmente ao desmonte das políticas sociais iniciado em 2016, de forma geral, as conclusões do estudo indicam que a emergência da fome no Brasil decorre de um modelo político de gestão pública que promoveu o enfraquecimento das políticas sociais, embora a pandemia tenha agravado a situação, a principal causa identificada segundo os autores foi o desmonte institucional iniciado com a Emenda Constitucional nº 95 (Sá e Papi, 2024).

A consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) depende de vários fatores, sendo fundamental que o Estado atue efetivamente para erradicar e/ou mitigar a fome no seu território, para tal requer criar condições que permitam a produção de alimentos em quantidade e qualidade adequadas para suprir as necessidades da população, contudo, a agricultura voltada para o agronegócio se distancia desse objetivo, priorizando a produção de commodities voltadas ao mercado internacional e atendendo, sobretudo, aos interesses da acumulação capitalista, no Brasil, a agricultura familiar apresenta grande diversidade, reflexo da dimensão territorial do país, das variações climáticas e dos diferentes contextos culturais e socioeconômicos, essa heterogeneidade significa haver produtores mais capitalizados, capazes de operar com maior autonomia, e outros que dependem fortemente do apoio estatal para garantir sua reprodução social e econômica (Henig, 2024).

Com a pandemia de COVID-19 e o desmonte de políticas públicas de segurança alimentar no Brasil, chegamos a dados alarmantes de insegurança alimentar da população,



incluindo a volta do país ao Mapa da Fome, para tal, é preciso alinhar estratégias em todas as esferas da sociedade para que todos os brasileiros voltem a ter diariamente comida saudável e de qualidade no prato, nesse sentido, em números absolutos, são 125,2 milhões de brasileiros que passaram por algum grau de insegurança alimentar, segundo o autor afirmam que a pandemia foi um dos agravantes, mas a evolução da insegurança alimentar e da fome, independentemente da pandemia, se deu pela ausência ou rebaixamento de políticas públicas que garantem o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população mais vulnerável. (Ferreira, 2023)

#### 2.4 Segurança Alimentar e Nutricional no Amazonas

O Amazonas está localizado na região norte do Brasil, ocupa uma área de 1.558.706,127 km<sup>2</sup>, com a população estimada pelo IBGE para 2024 de 4.281.209 habitantes, faz fronteiras países com Colômbia e Peru, além disso, faz fronteiras com estados de Roraima, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre (IBGE CIDADES, 2025). Mas também, o estado ocupa mais de 18% da superfície terrestre do Brasil, o que faz ser o maior Estado do Brasil, é dividido por 62 municípios e 8 regiões ou calhas de rios: Alto Solimões, Triângulo Juruá, Juruá e Solimões, Purus, Rio Madeira, Alto Rio Negro, Médio Amazonas, Baixo Amazonas e Alto Juruá (PLANESAN, 2018).

Segundo Maia e Oliveira (2021), o Amazonas era o terceiro estado no país e o primeiro da região Norte com a maior quantidade de pessoas vivendo à margem da pobreza com cerca de 47,9% e a com renda inferior a R\$ 406 mensais, além do que 14,4% dos amazonenses viviam na extrema pobreza ou na miséria com cerca de R\$ 140,00 por mês, ou seja 1/4 do salário mínimo estipulado, e o estado possui uma característica de ser um grande importador de alimentos para atender o mercado interno.

O início das políticas públicas para a segurança alimentar no Amazonas, se iniciou no início em 2004, com a criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Amazonas criado pelo Decreto n. 24.142, de 07 de abril, considerando o Programa Nacional de Acesso à Alimentação de junho de 2003, possuindo um vínculo direto com a Assistência Social no Estado, além disso, em 2010 houve a publicação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei estadual n° 3.476/2010, e da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), Decreto 32.588/2012, estes com objetivos deliberativos, propositivos e consultivos de promover a integração entre os órgãos e as entidades da administração pública e monitorar as ações e políticas de SAN (Rocha, 2023; Gomes e Rodrigues, 2018).

O Amazonas buscou realizar melhoria no tange a SAN, as iniciativas surgiram com suas conferências realizadas nos anos de 2007, 2011 e 2015, também houve a adesão em 2012 ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com todos os seus benefícios intrínsecos para as populações mais vulneráveis como; os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, crianças e gestantes, estes eleitos como público-alvo do PLANESAN (ROCHA, 2023). No ano de 2018 foi elaborado o 1º Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do estado, o plano teve como objetivo diagnosticar e retratar a realidade do Amazonas. (PLANESAN, 2018).



Segundo o I PLANESAN-AM (2018), durante o período de 2009 a 2013, o Estado do Amazonas enfrentou um desafio preocupante no que se refere à SAN, durante esse período os indicadores de SAN registraram uma queda significativa, caindo quase 11%, conjuntamente, os índices de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) aumentaram em 10,8%, o que mostra que o estado precisa ainda mais criar elementos para garantir a SAN, através do fortalecimento de ações e políticas públicas voltadas para esse segmento.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa científica consiste em um conjunto de procedimentos investigativos voltadas a responder e solucionar questões relacionadas a um determinado fenômeno, como compreendem Bastos e Keller (1995, p.53) é uma “investigação metódica”. Na pesquisa científica, há diferentes modalidades. No presente trabalho, utilizamos a pesquisa bibliográfica. Um tipo de pesquisa com foco no aprimoramento e atualização do conhecimento, por meio da leitura e análises cuidadosa de produções acadêmicas e oficiais já disponibilizadas e publicadas. Compreendemos que com a pesquisa bibliográfica consolidamos os fundamentos do trabalho científico, já que ela “influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der e embasamento teórico em que se baseará o trabalho” (AMARAL, 2007, p. 1). Como diz Boccato (2006, p. 266), esse “tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica”.

Para construção da presente análise, utilizamos as seguintes fontes, classificadas em fontes de artigos, teses, anais, dissertações, periódicos e também estatísticos oficiais produzidos por órgãos públicos, como o IBGE, fontes secundárias utilizamos dados disponíveis da VIS DATA 3 beta do governo Federal, e fonte terciárias revisões de literatura e outros.

O processo de análise baseou-se na elaboração de resumos e sínteses, destacando os pontos centrais de cada fonte consultada. Essa prática permitiu organizar as informações de forma clara e objetiva. Assim, tornou-se possível compreender e integrar as principais contribuições dos textos estudados. Ao analisar e examinar com cuidado os argumentos, identificando metas, fundamentos e justificativas. Esse exercício envolve organizar e confrontar informações, destacando os aspectos mais relevantes de um texto. A interpretação consiste em compreender de maneira crítica o conteúdo, permitindo confirmar ou rejeitar possíveis hipóteses. Com essas informações organizadas partimos para parte da redação do artigo.

### 4.RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 4.1 Indicadores da SAN no Amazonas

No Amazonas buscamos dados que evidenciem o cenário atual da SAN e seus mecanismos para alavancar os índices de segurança alimentar no Estado, segundo dados disponibilizado pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do IBGE (2025) no que se referem às estruturas nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional no estado, cerca de somente 42% dos 62 municípios do Amazonas possuem estrutura física própria para essa política, no mais, essas áreas em sua maioria são subordinadas as outras secretárias, o



restante dos 58% dos municípios não possui sequer qualquer estrutura específica para tal política, esses dados demonstram e escancaram a fragilidade das políticas públicas das esferas Federal, Estadual e Municipal para SAN no Amazonas, são necessárias iniciativas e um maior ativismo nas instituições e repartições públicas para que espaços como esses estejam presentes em todos os municípios para atender as populações mais fragilizadas como: ribeirinhos, agricultores familiares, indígenas, quilombolas e pessoas em vulnerabilidade social, para que a Insegurança alimentar não assola o estado, conforme demonstra a tabela 02

Tabela 02: Indicadores de ISAN Grave no Amazonas

Indicador de Risco de Insegurança Alimentar Grave Municipal a partir do CADÚnico no Amazonas			
ANO	Famílias com dados atualizados nos últimos 12 meses cadastradas no CAD Único	Número de Famílias em risco de Insegurança Alimentar Grave (Insan grave)	Proporção de famílias em risco de INSAN Grave cadastradas no Cadastro Único, em %
2020	360085	265887	73,84
2022	296355	189699	64,01
2023	658470	282383	42,88
2024	545996	129328	23,69

Fonte: BRASIL, 2025.

A tabela 02 demonstra que em 2020, o Amazonas registrava 360.085 famílias cadastradas no CADÚnico, sendo que 265.887 mil famílias estava em situação de insegurança alimentar grave, o que correspondia a 73,84% do total das famílias cadastrada, este resultado pode ser atribuído ao contexto da crise econômica e sanitária provocada pela pandemia da COVID-19, quando houve forte retração do emprego e da renda. No ano de 2022, observa-se uma redução para 296.355 famílias cadastradas e, porém, ainda havia o total de mais 189.699 mil famílias em grave risco de insegurança alimentar, representando 64,01% do total, nesse sentido, embora a queda seja significativa em termos proporcionais, os números ainda indicam um cenário de alta vulnerabilidade, essa melhora parcial pode estar relacionada a programas emergenciais de transferência de renda, como o Auxílio Emergencial e o Auxílio Brasil, que ajudaram a reduzir temporariamente a gravidade da insegurança alimentar no Amazonas.

Em 2024, o indicador apresenta uma melhora ainda mais expressiva, em risco de insegurança alimentar grave, representou 23,69% do total das famílias cadastradas, trata-se de uma redução importante, sugerindo a efetividade e a importância de políticas públicas de combate à fome, de fortalecimento da agricultura familiar e da ampliação de programas de segurança alimentar e nutricional como o PAA, PNAE, Programas de transferência de renda como o Bolsa Família, Auxílio Gás além do aumento em investimentos em políticas sociais durante o governo Lula.

Ademais, ainda traçando esses indicadores da MUNIC/IBGE (2025), no âmbito da legislação municipal sobre a SAN no Amazonas ainda são muito incipientes, no levantamento realizado somente 12 municípios do Estado possuem leis específicas para a SAN, enquanto os demais 50 não há legislação ou ação nenhuma para atender essa população, principalmente em regiões distantes da Região Metropolitana de Manaus, diante disso, esses indicadores refletem principalmente nos recursos destinados pelos municípios para a SAN no Estado,



somente 25% dos municípios tem seus recursos orçamentários previstos para essa política pública.

Esses dados acima refletem a necessidade de elaboração de políticas públicas voltadas para SAN, principalmente nos municípios mais distante da Capital ao serem eles que são os mais fragilizados e que, em geral apresentam os maiores índices de insegurança alimentar e nutricional do Amazonas, os formuladores de políticas públicas, movimentos sociais, diversos setores da sociedade civil precisam de ações efetiva para alavancar as política para SAN, no Estado com tamanha diversidade de fauna e flora como o Amazonas, porém ainda enfrenta esses desafios .

Além disso, outro ponto que merecem a atenção são os desperdícios de alimentos que acontecem no Mundo e no Brasil, segundo dados da FAO cerca de 14% dos alimentos são perdidos antes de chegar aos mercados, no mais, em 2022 do total de alimentos desperdiçados cerca de 60% aconteceram no âmbito doméstico, com os serviços de alimentação responsáveis por 28% e o varejo por 12% (ONU,2024). No Brasil de acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (2022) evidencia que o país chega a desperdiçar mais de 55 milhões de toneladas de alimentos ao longo de toda cadeia de produção, para efeito de comparação, cerca de 64 milhões de pessoas têm acesso restrito de comida.

Com o fortalecimento de iniciativas e políticas públicas com foco na redução das perdas e do desperdício de alimentos também abre a oportunidade e possibilidade de criação de novos negócios com foco na Economia Circular para a construção de um sistema alimentar de forma que os alimentos nunca cheguem a condição de resíduos, ou seja, sejam completamente reaproveitados ou reutilizados ao longo da cadeia, assim a Economia Circular tende a fortalecer a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico do Brasil (Silva e Carvalho, 2024; Brasil, 2022)

## 4.2 A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O AMAZONAS

### 4.2.1 PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das principais políticas públicas brasileiras voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e à promoção da segurança alimentar, essa política pública atua por meio da compra institucional de alimentos produzidos por agricultores familiares, destinando assentados da reforma agrária, silvicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, esse público em situação de insegurança alimentar e nutricional e as entidades que prestam assistência ou serviços às mesmas, que recebem a doação dos alimentos (Brasil, 2024).

Conforme a tabela 03, no ano de 2020 cerca de 2.713 agricultores familiares participaram como fornecedores do PAA no Amazonas, recebendo aproximadamente R\$ 19,1 milhões, esse volume de recursos representou um marco importante, ao coincidir com o período inicial da pandemia de COVID-19, quando o programa desempenhou papel estratégico no escoamento da produção local e garantiu a alimentação das populações mais vulneráveis.



O cenário se agravou em 2022, quando o número de fornecedores caiu drasticamente para 465 agricultores, recebendo somente R\$ 2,7 milhões, esse resultado demonstra um desmonte preocupante do programa, com forte impacto na renda das famílias rurais e na capacidade de articulação dos circuitos locais de abastecimento, refletindo nos índices de insegurança alimentar. Em 2023, registra-se uma recuperação: 1.796 agricultores familiares foram incluídos e os recursos pagos chegaram a R\$ 16,8 milhões, esse movimento indica uma retomada do programa, possivelmente associada à reorganização das políticas de segurança alimentar ao nível nacional, segundo Ferreira (2023) aborda a importância da retomada de programas voltada para essa temática

Temos visto, no âmbito de alguns ministérios, iniciativas e retomadas de programas que foram abandonados e sucateados por alguns anos, que precisam considerar algumas diretrizes, como políticas públicas que envolvam a preservação e expansão das garantias de direitos. Em especial temos o direito humano à alimentação adequada; a mudança estrutural nos sistemas agroalimentares, considerando a ampliação de investimentos na produção diversificada e sustentável; a proteção da prática do aleitamento materno e da comida de verdade; o incentivo à diversidade alimentar baseada em alimentos in natura ou minimamente processados, preferencialmente de base agroecológica; as políticas fiscais para incentivo a alimentos nutritivos e sustentáveis; a taxação de alimentos ultraprocessados e de baixo valor nutritivo; a redução de perdas e desperdícios de alimentos; as redes de proteção social articuladas a ações nutricionais e ambientais; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), entre outras.

Por fim, em 2024, o PAA atinge o maior patamar do período analisado: 3.097 agricultores familiares fornecedores e um volume expressivo de R\$ 36,3 milhões destinados ao estado, esse crescimento evidencia o fortalecimento da política e sua importância estratégica para a agricultura familiar amazônica, tanto no incentivo à produção quanto na garantia de acesso a mercados institucionais.

Tabela 03: Recursos do PAA para o Amazonas

RECURSOS DO PAA PARA O AMAZONAS		
ANO	Agricultores familiares fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Recursos financeiros pagos aos agricultores familiares fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
2020	2713	R\$ 19.133.350,70
2021	1854	R\$ 11.170.052,88
2022	465	R\$ 2.755.170,10
2023	1796	R\$ 16.861.168,74
2024	3097	R\$ 36.377.067,30

Fonte: BRASIL, 2025.

#### 4.2.2 Prato Cheio



Apenas medidas do âmbito federal não são suficientes para garantir que os problemas de insegurança alimentar sejam sanados, são necessários esforços e políticas públicas para o fortalecimento de ações para a SAN no estado, para tal, o Governo Estadual adotou algumas políticas para garantir alimentação a população de vulnerabilidade social, através do programa Prato Cheio.

O prato cheio foi criado em 2021 com o intuito de combater a insegurança alimentar no Amazonas, sendo o público alvo da política pública a população de vulnerabilidade social e moradores em situação de risco, segundo dados do próprio governo, dos 62 municípios do estado, cerca de 26 já são atendidos pelo programa, o programa é dividido em dois serviços, sendo um dos restaurantes populares, que tem atendem no horário do almoço durante a semana de segunda a sexta-feira, com refeições no valor simbólico de R\$ 1; e o segundo são as cozinhas populares, nas quais a sopa é gratuita e cada pessoa atendida tem direito a 1 litro de alimento, além disso, cerca de 2 milhões de refeições foram servidas no primeiro semestre de 2025, garantido assim a segurança alimentar a parcela da população mais fragilizada (CADA, 2025, Amazonas, 2024, Amazonas, 2025).

#### 4.2.3 Auxílio Estadual

Outro programa existente no Amazonas, é o Auxílio Estadual, similar ao Bolsa Família, esse programa foi criado em 2021 pelo governo do Estado, visando combater o ciclo de pobreza no estado e assegurar também a segurança alimentar no Estado, segundo dados divulgado pela Secretária de Estado e Assistência Social e Combate à fome, o programa desde a sua criação já investiu cerca R\$ 1,7, bilhão, além disso, o programa aplica R\$ 540 milhões diretamente na economia. (Amazonas, 2025; Amazonas 2023)

O programa atende no Amazonas cerca de 300 mil famílias, e tem o auxílio mensal de R\$ 150 reais, sendo o benefício creditado sempre no dia 15 de cada mês, tem que direito ao auxílio segundo os critérios do programa são: representante familiar igual ou maior de 18 anos; Famílias beneficiárias de programa de transferência de renda, em situação econômica de renda de “extrema pobreza” e “pobreza”; Família do CadÚnico com renda per capita de até ½ salário mínimo, atendendo aos critérios de: Família com Pessoa com Deficiência (PcD); Família com representante familiar idoso; Família com representante familiar do sexo feminino, sendo a provedora da renda e sustento família (Amazonas, 2025)

#### 4.2.4 PREME - Programa de Regionalização de Merenda Escolar

O Programa de Regionalização de Merenda Escolar (PREME), foi criado em 2005, numa parceria entre Secretária de Educação (SEDUC) e Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), o programa tem como principais objetivos aumentar a presença de alimentos regionais nos cardápios oferecidos nas escolas e promover a contratação de cooperativas, associações e agricultores locais, em 2025 mais de 1.200 interessados foram credenciados, incluindo produtores rurais, associações, cooperativas e agroindústrias, dentro os alimentos que faz parte dos alimentos escolares são: Abacaxi, abóbora, banana pacovan, banana prata/maçã, bananada, cará, castanha-do-Brasil, cheiro-verde (convencional e orgânico), couve folha (convencional e orgânico), laranja regional, limão regional, macaxeira in natura, mamão, melancia, pimenta-de-cheiro, pimentão verde, pitaya, tangerina, carne bovina em cubos, carne bovina moída, filé de peixe regional, filé de



pirarucu salgado seco, filé de pirarucu congelado, ovos, farinha de mandioca amarela e branca, farinha de tapioca, polpa de açaí, polpas de frutas (Rocha, 2023, Amazonas, 2025).

O Programa de Regionalização da Merenda Escolar se sobressai como uns exemplos de como as políticas públicas estaduais podem desempenhar um papel fundamental na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, não apenas atendendo às necessidades nutricionais das crianças nas escolas, mas também apoiando os agricultores familiares (Rocha, 2023; PLANESAN, 2018).

#### 4.2.5 Programa Estadual de Combate e Prevenção ao Desperdício e à Perda de Alimentos (PCODEPA)

Dentre os programas criados para assegurar a SAN no Amazonas também podemos destacar o Programa Estadual de Combate e Prevenção ao Desperdício e à Perda de Alimentos (PCODEPA) que foi criado em 2019 e é atualmente coordenado pela Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR), sendo os objetivos dessa política pública estadual visa a diminuição da quantidade de alimentos que são desperdiçados nas feiras da cidade de Manaus, que em sua grande maioria perderam seu valor comercial além disso “em vista que são oriundos da avaria logística, da armazenagem inadequada ou são produtos muito maduros ou pequenos, porém ainda possuem seus valores nutricionais e assim são doados pelos feirantes” além de contribuir com a segurança alimentar e nutricional (Silva e Carvalho, 2024)

Segundo dados divulgados pela SEPROR (2024) que nos primeiros cinco meses de 2024, foram doados em torno de 68 toneladas de alimentos para aproximadamente 3,5 mil pessoas, nesse programa ao todo são 67 instituições cadastradas foram beneficiadas, conforme o último balanço divulgado em 2022, mostra o total de alimentos arrecadados em Feiras de Manaus

Figura 01: Total de Alimentos Arrecadados nas Feiras de Manaus (2019-2022)



Fonte: Amazonas, (2022)



É importante salientar que a iniciativa do governo do Amazonas em buscar uma solução para reduzir o desperdício de alimentos nas feiras da capital e atenuar a situação da população em insegurança alimentar é relevante e tem se mostrado eficiente em um trabalho forte de conscientização trazendo mais doadores e colaboradores à causa, além disso, o PCODEPA também necessita ser ampliado para os municípios do interior do estado onde temos vultosos contingentes de população em situação de vulnerabilidade e de alimentos ainda em condições de serem consumidos e que estão sendo descartados e desperdiçados (Silva e Carvalho, 2024).

### 3. Consideração final

Em análise aos resultados sobre a Segurança Alimentar e Nutricional no Amazonas fica evidente o dilema de que a região detentora de uma das maiores biodiversidades do planeta convive com índices alarmantes de insegurança alimentar, esse cenário de ISAN é decorrente da combinação de fatores tais como: desigualdades históricas, ausência de infraestrutura para as políticas públicas de SAN, descontinuidade e desmonte das políticas públicas para SAN principalmente durante os anos de 2016 a 2022, e impactos crescentes das mudanças climáticas que assola as populações ribeirinhas, agricultores familiares, indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Os programas e políticas analisados como o PAA do governo Federal, o Prato Cheio, do Auxílio Estadual, PREME e PCODEPA que são políticas do governo Estadual, demonstram serem fundamentais para garantir o acesso a alimentos de qualidade a segurança alimentar, os dados apontam que a abrangência dessas políticas ainda é limitada, especialmente nos municípios do Estado mais distante da Capital onde os índices de pobreza e vulnerabilidade social são mais evidentes.

Dessa forma, o fortalecimento da SAN no Amazonas exige a retomada e a ampliação dos investimentos em políticas públicas articuladas entre as diferentes esferas do governo, principalmente nos níveis municipais, alinhadas às especificidades de cada região do Estado. Também é imprescindível haver maior comprometimento do Estado em assegurar recursos orçamentários, estruturar mecanismos institucionais, aumentar a também as iniciativas e ações para garantir a SAN e promover a participação social, através disso será possível melhorar os indicadores de Segurança Alimentar e garantir aos mais fragilizados uma alimentação adequada e digna.

Por fim, com insegurança alimentar não há desenvolvimento regional, sendo a segurança alimentar um dos pilares essenciais da competitividade regional e qualidade de vida dos amazônidas ao mesmo tempo, em que proporciona um futuro pautado em oportunidades.

### 4. Referências

AGUILERA, Juliana; COLERATO, Marina; PRESTES, Mônica. No Amazonas, a insegurança alimentar grave atinge a agricultura familiar. À frente dos roçados, mulheres quilombolas lutam contra as consequências da crise do clima e desmonte de políticas públicas. **Modifica**, [S. l.], p. 1-1, 18 out. 2022. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/inseguranca-alimentar-crise-climatica-mulheres/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

AMAZONAS. Prato Cheio serviu 5 milhões de refeições para a população em 2024. **ProdAm**, Manaus, 18 dez. 2024. Disponível em: <https://www.seas.am.gov.br/prato-cheio-serviu-5-milhoes-de-refeicoes-para-a-populacao-em-2024/>. Acesso em: 10 ago. 2025.



AMAZONAS. Prato Cheio serviu mais de 2 milhões de refeições no Amazonas no 1º semestre de 2025. **Prodam**, Manaus, 11 jul. 2025. Disponível em: <https://www.agenciaamazonas.am.gov.br/noticias/prato-cheio-serviu-mais-de-2-milhoes-de-refeicoes-no-amazonas-no-1o-semester-de-2025/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

AMAZONAS. Auxílio Estadual. **Prodam**, Manaus, 16 jul. 2025. Disponível em: <https://www.seas.am.gov.br/auxilio-estadual/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

AMAZONAS. Governo do Amazonas paga 1ª parcela do Auxílio Estadual Permanente de 2023. **Prodam**, Manaus, 13 jan. 2023. Disponível em: <https://www.seas.am.gov.br/governo-do-amazonas-paga-1a-parcela-do-auxilio-estadual-permanente-de-2023/> Acesso em: 10 ago. 2025.

AMAZONAS. Critérios Auxílio Estadual. **Prodam**, Manaus, 2025. Disponível em: <https://auxilio.am.gov.br/criteriosAuxilioEstadual>. Acesso em: 10 ago. 2025.

AMAZONAS. Programas. **Prodam**, Manaus, 2025. Disponível em: <https://www.ads.am.gov.br/programas/#:~:text=O%20Programa%20de%20Regionaliza%C3%A7%C3%A3o%20da,produtos%20para%20a%20merenda%20escolar>. Acesso em: 10 ago. 2025.

AMAZONAS. Programa de Combate ao Desperdício e à Perda de Alimentos chega a mais de 68 toneladas de doações a 3,4 mil pessoas. **SEPROR**, Manaus 12 jun. 2024. Disponível em: <https://www.sepor.am.gov.br/programa-de-combate-ao-desperdicio-e-a-perda-de-alimentos-chega-a-mais-de-68-toneladas-de-doacoes-a-34-mil-pessoas/>. Acesso em: 03 Set. 2025.

AMAZONAS. Programa Estadual de Combate e Prevenção ao Desperdício e à Perda de Alimento. **SEPROR**, Manaus. 2022. disponível em: Programa Estadual de Combate e Prevenção ao Desperdício e à Perda de Alimento. Acesso em: 03 Set. 2025.

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007.

BASTOS, C. L.; KELLER, V. **Aprendendo a aprender**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BAUER, Michael W.; JORDAN, Andrew; GREEN-PEDERSEN, Christoffer; HERITIER, Adrienne. **Dismantling public policy: preferences, strategies, and effects**. Oxford: Oxford University. 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/288116497\\_Dismantling\\_Public\\_Policy\\_Preferences\\_Strategies\\_and\\_Effects](https://www.researchgate.net/publication/288116497_Dismantling_Public_Policy_Preferences_Strategies_and_Effects). Acesso em: 10 ago. 2025.

BAUER, Michael W.; PETERS, Guy; PIERRE, Jon. Pathways to administrative resilience: public bureaucracies ruled by democratic backsliders as a transnational challenge. **STG Policy Analysis**, [s. l.], n. 3. 2021. Disponível em: <https://op.europa.eu/da/publication-detail/-/publication/5ac7e344-b783-11eb-8aca-01aa75ed71a1/language-en>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BELIK, Walter. Perspectivas para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003. Disponível em <https://goo.gl/XdT04X> Acesso em: 10 ago. 2025.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. Insegurança Alimentar e Nutricional. **Gov.br**, Brasília: DF, p. 1-1, 14 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 10 ago. 2025.



BRASIL. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). **Gov.br**, Brasília: DF, p. 1-1, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Gov.br**, Brasília: DF, p. 1-1, 01 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 10 ago. 2025

BRASIL. VIS DATA 3 beta. **Secretaria de Avaliação, Gestão da informação e Cadastro único**. 2025. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 10 ago. 2025

BRASIL. Perda e Desperdício de Alimentos. **Ministério da Agricultura e Pecuária**. 2022. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/perdas-e-desperdicio-de-alimentos>. Acesso em: 03 Set. 2025

CADA. **PRATO CHEIO**. PRODAM, Manaus. 2025. Disponível em: <https://www.cada.am.gov.br/prato-cheio/>. Acesso em: 10 ago. 2025

CISCATI, Rafael. Fome: políticas de segurança alimentar foram desmontadas, diz pesquisado. **Brasil de Direitos**, [S. l.], p. 1-1, 9 abr. 2021. Disponível em: <https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/fome-politicas-de-segurana-alimentar-foram-desmontadas-diz-pesquisador/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

FAO. **O ESTADO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL: Um retrato multidimensional RELATÓRIO 2014**. FAO: Brasília. 2014. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/SANnoBRasil.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/SANnoBRasil.pdf). Acesso em: 27 jul. 2025

FERREIRA, Jaqueline. Políticas públicas para a segurança alimentar. **Universidade Federal de Ouro Preto**, [S. l.], p. 1-1, 27 jul. 2023. Disponível em: <https://ufop.br/noticias/em-discussao/politicas-publicas-para-seguranca-alimentar>. Acesso em: 10 ago. 2025.

HENIG, Edir Vilmar. “A FOME É UMA INVENSÃO DOS QUE COMEM”: Do desmonte das políticas públicas agrárias à insegurança alimentar e nutricional no Brasil[1] O título do artigo traz uma homenagem a grandiosa Maria Carolina de Jesus. **Revista Eletrônica Casa de Makunaima**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 76–90, 2024. DOI: 10.24979/makunaima.v6i1.1331. Disponível em: [https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/casa\\_de\\_makunaima/article/view/1331](https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/casa_de_makunaima/article/view/1331). Acesso em: 10 ago. 2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais. **IBGE**. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html>. Acesso em:

IBGE CIDADES, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. AMAZONAS. **IBGE**. 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>. Acesso em: 10 ago. 2025

MAIA, Beatriz Jean; DE OLIVEIRA, Elane Conceição. SEGURANÇA ALIMENTAR, AGRICULTURA FAMILIAR E ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS EM TEMPOS DE PANDEMIA: ENSAIOS PARA O ESTADO DO AMAZONAS. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, RS, v. 28, n. 1, 2021. DOI: 10.22410/issn.1983-036X.v28i1a2021.2675. Disponível em: <https://univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/2675>. Acesso em: 17 ago. 2025.

MATA, M. M. DA .; SANUDO, A.; MEDEIROS, M. A. T. DE .. Insegurança alimentar e insegurança hídrica domiciliar: um estudo de base populacional em um município da bacia hidrográfica do Rio Amazonas, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 4, p. e00125423, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/cybjZ6mjH7hSHD4TRRW7yp/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2025

MORAES, V. D.; MACHADO, C. V.; MAGALHÃES, R.. Governança e coordenação intersetorial de políticas públicas: a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Saúde em Debate**, v. 45, n. 130, p. 575–589, jul. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ZyJHPXzHkfrFVsQWH4tt8pN/>. Acesso em: 28 jul. 2025



ONU. Índice de Desperdício de Alimentos 2024. **Nações Unidas do Brasil**. 23 mar. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/264460-%C3%ADndice-de-desperd%C3%ADcio-de-alimentos-2024>. Acesso em: 03 set. 2025

PLANESAN-AM, Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. **Prodam**. CAISAN-AM, 2018. Disponível em: [https://www.seas.am.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/I-PLANESAN\\_Versao-PDF\\_compressed-1.pdf](https://www.seas.am.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/I-PLANESAN_Versao-PDF_compressed-1.pdf). Acesso em: 10 ago. 2025.

ROCHA, Marjory Batista da. **O direito à segurança alimentar e nutricional na Política de Assistência Social: particularidades do estado do Amazonas**. 2023. 121 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2023. Disponível em: [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/10040/2/DISS\\_MarjoryRocha\\_PPGSS.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/10040/2/DISS_MarjoryRocha_PPGSS.pdf). Acesso em: 10 ago. 2025

SÁ E SILVA, Michelle Morais de. DESMONTE AUTORITÁRIO DE POLÍTICAS. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; SÁ E SILVA, Michelle Morais de; LEOPOLDI, Maria Antonieta. **DESMONTE E RECONFIGURAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (2016- 2022)**. Brasília: DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. cap. CAPÍTULO 16, p. 475-500. ISBN 978-65-5635-049-3. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/ed7bbd1e-6e90-4aad-afcb-12e798d8bc1d/content>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SÁ, Juliano Ferreira; PAPI, Luciana Pazini. Desmonte das políticas de segurança alimentar no Brasil: uma análise aos anos de 2014 a 2023. In: **Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Público** volume 5, 2023. Disponível em: <https://anepecp.org/ojs/index.php/br/article/view/257> Acesso em: 27 jul. 2025.

Silva, Michele Lins Aracaty e; Carvalho, Nerine Lúcia Alves de . A CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA CIRCULAR PARA O COMBATE AO DESPERDÍCIO ALIMENTAR NO AMAZONAS (2019-2022). In: Luan Vinicius Bernardelli. (Org.). **Economia global: mercados, políticas e estratégias** 2. 1ed. Ponta Grossa - PR: Atena Editora, 2024, v. 2, p. 1-21. Disponível em: [https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/a-contribuicao-da-economia-circular-para-o-combate-ao-desperdicio-alimentar-no-amazonas-2019-2022?fbclid=IwQ0xDSwMZLGFjbGNrAxksMGV4dG4DYWVtAjExAAEesCmyEVrrz8GceMJ\\_d5LIdbbWKInpL4Vf9iTLHxp5yLJ4tFpbGHOGzIQ5R5E\\_aem\\_ROQExzF\\_mfOFdwAy5ZdpLw&sfnsn=wiwspwa](https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/a-contribuicao-da-economia-circular-para-o-combate-ao-desperdicio-alimentar-no-amazonas-2019-2022?fbclid=IwQ0xDSwMZLGFjbGNrAxksMGV4dG4DYWVtAjExAAEesCmyEVrrz8GceMJ_d5LIdbbWKInpL4Vf9iTLHxp5yLJ4tFpbGHOGzIQ5R5E_aem_ROQExzF_mfOFdwAy5ZdpLw&sfnsn=wiwspwa). Acesso em: 03 set. 2025

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, Rio de Janeiro, p. 1-82, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/3a38deb0-6aa6-4bbb-a0c1-15ba7c193502>. Acesso em: 10 ago. 2025.

UFSC, A. Maioria dos estados do Norte tem política de segurança alimentar frágil. **Notícias UFSC**, [S. l.], p. 1-1, 21 abr. 2023. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2023/04/maioria-dos-estados-do-norte-tem-politica-de-seguranca-alimentar-fragil/>. Acesso em: 10 ago. 2025.